

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITARANA/ES**

Pregão Eletrônico 0011/2024

Processo nº 001307/2024 de 15 de março de 2024

T M A SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EIRELI, com sede à Rua Horácio Leandro de Souza, nº 41, bairro Basiléia, Cachoeiro de Itapemirim-ES, inscrita no CNPJ sob nº 05.874.376/0001-49 neste ato representado por seu titular, Sr. Thiago Martinusso do Amaral, devidamente inscrito no CPF sob o nº 100.724.907-21, vem, respeitosamente apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do Pregão Eletrônico nº 011/2024, realizado pela Prefeitura Municipal de Itarana em virtude da Habilitação Irregular da empresa DM SOLUTIONS LTDA, CNPJ 14.691.528/0001-69, conforme os fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Insta mencionar que a empresa DM SOLUTIONS LTDA foi declarada habilitada e vencedora no presente certame, porém ao analisar a documentação apresentada pela referida empresa no processo licitatório bem como os atos inerente ao presente processo licitatório constata-se vários vícios, sendo desrespeitados vários princípios e exigências legais, fazendo com que tal habilitação ilegal.

FATOS E FUNDAMENTOS

DA OMISSÃO QUANTO A MARCA DO EQUIPAMENTO OFERTADO

O edital, em seu item 8.2.1 exige que, na apresentação da proposta deverá ser indicado à marca na proposta comercial, sempre que exigido. Vejamos:

8.2.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:

a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

c) Quando exigido, a indicação da MARCA, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;

d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme Art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

No ato da formalização da proposta, no sistema PCA, no programa E&L era exigido informar qual a marca do equipamento inerente à cada item. Vejamos:

É imprescindível destacar que a ausência da informação referente à marca do equipamento impede a Administração de verificar se o produto ofertado cumpre todas as especificações exigidas no edital e seus anexos, além de comprometer a análise quanto à sua adequação às necessidades da Administração.

A omissão relativa à marca dos equipamentos inviabiliza a fiscalização pelos demais licitantes e cidadãos, infringindo o princípio da publicidade que rege o processo licitatório (art. 5º da Lei 14.133/21). Tal situação compromete a transparência e frustra a concorrência, prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, especialmente no que diz respeito à economicidade.

Ademais, chama a atenção o fato de a empresa ter anexado catálogos de todos os equipamentos ofertados, exceto o equipamento policromático (colorido). Em nenhuma oportunidade, apesar das várias chances concedidas, a DM Solutions Ltda informou a marca do equipamento em questão, o que gera estranheza e não pode ser considerado um mero erro material ou esquecimento. Vejamos:

The screenshot shows a web interface for a procurement process. At the top, there's a navigation bar with the text 'Acompanhamento seleção de fornecedores' and 'Pregão Eletrônico: UASG 985567 - N° 90008/2024 - Lei 14.133/2021'. Below this, the proposal details are shown: '1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA', 'Julgado e habilitado (aberto para recursos)', 'Cota solicitada: 1', and 'Valor estimado (unitário): R\$ 307.284.8000'. The main content area has three tabs: 'Minha proposta', 'Todas as propostas' (selected), and 'Histórico de recursos'. Under 'Todas as propostas', a proposal from 'DM SOLUTIONS LTDA' is listed with CNPJ '14.691.529/0001-69' and a value of 'R\$ 207.390.0000'. The 'Anexos' tab is selected, showing a list of documents: 'MODELO_PROPOSTA_117ARANA_-_18-09-2024_assinado.pdf', 'scanner_mesa_corporativo_adis4700w.pdf', 'cd6999909 T050.pdf', 'Catalogo-Impressora-A4-Mono-IP-PRO-4003dx-Portugues-Outubro-de-2022.pdf', and 'Catalogo-MFP-Mono-A4-PRO-4103fda-Portugues-Outubro-de-2022.pdf'. Each document has a timestamp and a download icon.

A omissão de informações na proposta, especificamente quanto à marca do equipamento a ser fornecido, viola princípios fundamentais que regem o processo licitatório, conforme o art. 5º da Lei 14.133/21, tais como os princípios da vinculação ao edital, da publicidade, da igualdade, da transparência, da competitividade e do julgamento objetivo.

Não é admissível que o pregoeiro declare uma empresa vencedora sem o devido cumprimento das exigências editalícias, sobretudo

quando a empresa omite uma informação essencial, que permite verificar com precisão se o equipamento ofertado atende às especificações do edital e, conseqüentemente, às necessidades da Administração.

Diante do exposto, levando em consideração à omissão da empresa DM Solutions Ltda quanto a informação da Marca dos equipamentos ofertados no presente processo licitatório, em especial em relação ao equipamento policromático (colorido), requer sua desclassificação da empresa, vez que contraria os princípios e orientações quanto aos processos licitatórios, sendo ilegal sua habilitação.

2. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE FORMA CONTRÁRIA AO PREVISTO EM EDITAL E EXIGIDO NO CERTAME - ILEGALIDADE

O Edital, em seu item 9.2.1, traz à exigência que os documentos de habilitação, não contemplados no SICAF, deverão ser enviados por meio do sistema, não possibilitando outra forma de envio. Vejamos:

9.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

Da mesma forma, o pregoeiro requereu que a empresa DM Solutions Ltda enviasse os documentos de habilitação via sistema. Vejamos:

Mensagens



Pregão Eletrônico N° 90008/2024

Mensagem do Pregoeiro

Advirto que, todos os proponentes são participantes ativos do certame, mesmo que não tenham sido os primeiros arrematantes, portanto, conforme os subitens 3.18 e 4.12 do edital é responsabilidade dos proponentes o acompanhamento das mensagens encaminhadas neste chat, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua inobservância

Enviada em 16/09/2024 às 14:20:04h

Mensagem do Pregoeiro

A forma de aceitação de Atestado de Qualificação Técnica estão referenciadas no item 9.11 deste edital.

Enviada em 16/09/2024 às 14:19:33h

Mensagem do Pregoeiro

As declarações do sistema, bem como as declarações complementares estão referenciadas no item 9.4 deste edital. A forma de aceitação de Atestado de Qualificação Técnica estão referenciadas no item 9.11 deste edital.

Enviada em 16/09/2024 às 14:18:02h

Mensagem do Pregoeiro

Favor atentar-se as disposições constantes no item 09 do edital, referente à apresentação dos documentos gerais, principalmente aos não constante no SICAF.

Enviada em 16/09/2024 às 14:17:44h

Mensagem do Pregoeiro

Prezado Licitante, solicito o envio, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação, dos documentos de habilitação, por meio da opção enviar anexo do sistema, neste caso, a apresentação deverá ocorrer até às 16h30 do dia 16/09/2024.

Enviada em 16/09/2024 às 14:17:24h

Os documentos não constaram no sistema, porém o pregoeiro informou que os documentos tinham sido recebidos de forma tempestiva.

Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

Pregão Eletrônico N° 90008/2024

Mensagem do Pregoeiro

Informo que após análise dos documentos enviado pela licitante DM SOLUTIONS LTDA ME - Inscrito sob o CNPJ nº: 14.691.528/0001-69, também foi realizada consulta junto ao SICAF, estando em conformidade com o solicitado no edital de licitação e seus anexos.

Enviada em 19/09/2024 às 13:45:08h

Mensagem do Pregoeiro

Informo que a empresa enviou os documentos de habilitação, tempestivamente.

Enviada em 19/09/2024 às 13:42:25h

Mensagem do Pregoeiro

Inicialmente registro que nesta sessão, a partir deste momento, se inicia a Fase de Habilitação e demais fases.

Enviada em 19/09/2024 às 13:42:07h

Mensagem do Pregoeiro

Digo, boa tarde!

Enviada em 19/09/2024 às 13:41:50h

Mensagem do Pregoeiro

Bom dia, licitantes!

Enviada em 19/09/2024 às 13:41:24h

Diante não inexistência de documentos da empresa DM Solutions Ltda no sistema, à Recorrente entrou em contato com a administração de Itarana e foi informada que os documentos de habilitação da empresa DM Solutions Ltda teria sido enviada por e mail.

Segue comprovação de que os documentos de habilitação da empresa DM Solutions Ltda não anexou os documentos de habilitação junto ao sistema como determinado no edital bem como exigido pelo pregoeiro:

1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Julgado e habilitado (aberto para recursos)

Orçamento solicitado: R\$ 307.284.8000

Minha proposta | Todas as propostas | Histórico de recursos

14.691.628/0001-69
ME/EPP
Aceite e habilitação

DM SOLUTIONS LTDA
ES

Valor ofertado (unitário): R\$ 207.390.0000
Valor negociado (unitário): R\$ 207.388.0000

Chat

Proposta

Anexos

Nome do Anexo	Data e Hora	Ações
MODELO_PROPOSTA_ITARANA_-_18-09-2024_assinado.pdf	18/09/2024 11:55:11	
scanner_mesa_corporativo_ad164700w.pdf	18/09/2024 11:57:06	
COE99909 T050.pdf	18/09/2024 11:57:09	
Catalogo-Impressora-A4-Mono-IP-PRO-4003dw-Portugues-Outubro-de-2022.pdf	18/09/2024 11:57:09	
Catalogo-MFP-Mono-A4-PRO-4103fwa-Portugues-Outubro-de-2022.pdf	18/09/2024 11:57:09	

Quais documentos a empresa DM Solutions Ltda enviou? Como pode ser feita análise dos documentos de habilitação apresentados pela empresa licitante se ninguém tem acesso?

Não restam dúvidas de que a empresa DM Solutions Ltda teve tratamento diferenciado no presente certame, ferindo os princípios da isonomia, concorrência, e julgamento objetivo, sendo, claramente, favorecida, impedindo que a administração possa contratar com proposta mais vantajosa, inclusive no que tange à economicidade.

O princípio da vinculação ao edital também foi ferido, vez que a empresa DM Solutions Ltda não apresentou a documentação de habilitação, nos moldes determinados e exigidos no edital, permitindo, desta feita, que somente o pregoeiro tivesse acesso aos documentos supostamente enviados, o que é inadmissível.

O princípio do julgamento objetivo também não foi respeitado no presente certame, tal princípio visa garantir que o julgamento das propostas, pelo pregoeiro, se baseie nos critérios objetivos pré indicados no edital, seus anexos e nos termos específicos da proposta, impedindo qualquer subjetividade por parte do pregoeiro/ julgador.

Faz necessário informar que tal princípio é expresso no artigo 5 da lei 14133/2021, in fine:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O princípio do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos pelos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do pregoeiro.

A utilização de critérios de avaliação não previsto no edital afronta totalmente o princípio da isonomia, a busca da proposta mais vantajosa, vinculação ao edital e legalidade, vez que o julgamento das propostas devem ser vinculados aos critérios objetivos estabelecidos no edital, **uma vez que o poder discricionário da administração encerra-se com a elaboração do edital.**

Neste mesmo sentido decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no RESp: 421946 DF, vejamos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL LICITATÓRIO. ART. 41, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93. VIOLAÇÃO. DEVER DE OBSERVÂNCIA DO EDITAL. I - Cuida-se, originariamente, de Mandado de Segurança impetrado por SOL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, contra ato do Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, que a excluiu da fase de habilitação por ter entregue a documentação exigida para essa finalidade com 10 minutos de atraso.(dez) II - O art. 41 da Lei nº 8.666/93 determina que: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada." III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se

que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da res pública. Outra não seria a necessidade do vocábulo "estritamente" no aludido preceito infraconstitucional. IV - "Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresse e exaustivo, no corpo do edital." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385) V - Em resumo: o **Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se "estritamente" a ele.** VI - Recurso Especial provido.

(STJ - REsp: 421946 DF 2002/0033572-1, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 07/02/2006, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 06/03/2006 p. 163RSTJ vol. 203 p. 135)

Conforme se observa e devidamente confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no RESP 421946, a administração pública está estritamente vinculada ao Edital, devendo observar os critérios objetivos, detalhadamente fixados previamente para cada objeto a ser contratado.

Portanto, diante do exposto, e devidamente fundamentado, habilitação da empresa DM Solutions Ltda é ilegal e não merecendo permanecer, devendo à mesma ser desclassificado e desabilitada.

Diante o exposto, requer:

1 - Requer-se o recebimento do presente recurso, com a consequente desabilitação da empresa DM Solutions Ltda, tendo em vista a inobservância dos princípios da isonomia, vinculação ao edital, igualdade e competitividade. A empresa não apresentou a marca do equipamento a ser fornecido, especialmente em relação ao equipamento Multifuncional Policromática. Ademais, o documento de habilitação não foi apresentado conforme as exigências do edital e do pregoeiro, o que impossibilitou a

devida análise, contrariando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais aplicáveis ao processo licitatório.

2 - Caso este Ilustre Pregoeiro não acolha o pedido acima, requer-se, desde já, que o presente recurso seja encaminhado à instância superior, para que a Nobre Autoridade Hierárquica aprecie os argumentos aqui apresentados.

3 - Na hipótese de indeferimento final desta impugnação, protesta-se, desde já, pela obtenção de cópia integral do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2024, Processo Administrativo nº 001307/2024, de 15 de março de 2024, para fins de encaminhamento de representação ao Tribunal de Contas.

Dessa forma, confiando na observância dos princípios da transparência, isonomia, boa-fé e moralidade, que norteiam o processo licitatório, espera-se e requer-se o integral deferimento deste pleito, garantindo-se a aplicação plena de todos os princípios administrativos.

Termos em que
Pede-se deferimento

Cachoeiro de Itapemirim- ES, 24 de setembro de 2024.

T M A SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EIRELI